


ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO ESPÍRITO SANTO: DA PRODUÇÃO FAMILIAR À MESA DOS EDUCANDOS – UM ENFOQUE GEOGRÁFICO

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.421142425113>

Data de aceite: 26/11/2024

Luiza Santos Alves

Universidade Federal do Espírito Santo

RESUMO: Esta é uma pesquisa em andamento, que procura demonstrar como a ciência geográfica se insere na problemática da alimentação escolar, especificamente no estado do Espírito Santo, a partir da promulgação da Lei 11.947 de 16 de Junho de 2009. O ponto chave para esta pesquisa é a obrigatoriedade da compra de, no mínimo, 30% dos alimentos da agricultura familiar. Nesse sentido, o estudo aqui proposto busca trazer, à luz das categorias da geografia, a questão da alimentação escolar, a partir dos exemplos das escolas públicas de educação básica do Espírito Santo. Entendemos que a geografia deve também problematizar o alimento – nesse caso, o alimento que se consome no ambiente escolar -, e para esse fim coletamos dados como número de alunos, estrutura fundiária do estado, produção de alimentos no estado, e como a nossa ciência pode, ainda, contribuir no currículo escolar sobre a questão dos alimentos.

PALAVRAS-CHAVE: Alimentação; Alimentação Escolar; Agricultura familiar; Educação

RESTAURATION SCOLAIRE DANS L'ÉTAT DE ESPÍRITO SANTO: D'UNE PRODUCTION FAMILIALE À LA TABLE DE LES ÉTUDIANTS – UN POINT DE VUE GÉOGRAPHIQUE

RÉSUMÉ: Cette étude en cours, vise à démontrer comment la Géographie s'inscrit dans le problème de la restauration scolaire dans l'État de Espírito Santo, à partir de la promulgation de la Loi 11.947 du 16 Juin 2009. La Loi 11.947 prévoit, entre autres choses, qu'au moins 30% de les aliments achetés par les écoles publiques sont de l'agriculture familiale. En ce sens, l'étude proposée ici met en lumière les principaux concepts de la géographie dans la question de la restauration scolaire, d'après les exemples des écoles d'Espírito Santo. Nous comprenons que la géographie devrait également discuter de la nourriture – dans ce cas, la nourriture consommée dans le milieu scolaire -, et dans ce but recueillons des données en nombre d'élèves, la structure agricole de l'Etat, la production alimentaire dans l'Etat, et que notre science peut également contribuer à l'activité scolaire sur la question de la nourriture.

MOTS-CLÉS: Alimentation; Restauration Scolaire; Agriculture Familiale; Éducation

INTRODUÇÃO

As estruturas do cotidiano, entre as quais está inserida a alimentação, não causam tanta preocupação histórica ou geográfica entre os estudiosos, mas seus aparentes acontecimentos insignificantes estão cheios de mudanças históricas, a exemplo da maneira com que nos portamos à mesa, ou o uso de talheres. O modo de preparação de um mesmo alimento é diferente entre os povos e denota diferenças sociais e tecnológicas entre eles. Em *História da Alimentação* (1998), os autores afirmam que a alimentação é um tema que integra, pois perpassa várias ciências e vários saberes; compreender os comportamentos alimentares do ser humano pode romper com a distinção entre corpo e espírito, entre a matéria e o intelecto. As mudanças no modo de alimentar-se não estão separadas de outros acontecimentos históricos; as mudanças nessa e em outras estruturas do cotidiano que os acompanham, no entanto, não são, muitas vezes, temas de interesse.

Em *Sociologias da Alimentação* (POULAIN, 2006) encontramos uma descrição detalhada da importância da comida para a sociedade, ocidental e francesa mais especificamente. O autor detalha como é o ato de comer, diferenciando alimentar-se de simplesmente ingerir algum tipo de comida. Isso porque o alimentar-se engloba uma gama de cerimônias, cheiros, festejos, sabores, enfim, prazeres não necessariamente ligados ao que o alimento realmente traz para o corpo humano em vitaminas, proteínas, minerais e tudo mais que nosso corpo necessita para manter-se sadio, mas das sensações ao ingerir um alimento que consideramos belo, cheiroso e saboroso. Poulain (2006) mostra, ainda, uma situação contemporânea em que há uma massificação dos alimentos e extinção de seus particularismos nacionais e regionais, e a difusão em escalas transculturais de hábitos alimentares (POULAIN, 2006). Nesse sentido, aparece em larga escala hábitos alimentares que não são inerentes do lugar. O alimento, em certo momento, acompanhando as mudanças no modo de vida provocadas pela industrialização, a entrada da mulher no mercado de trabalho, a urbanização, etc., deixa de ser preparado no lar e torna-se também um mercado de consumo de massa (FISCHLER, 1998).

Como visto, quando se trata de alimentos, o que se tem é uma grande variedade de cores, cheiros e sabores. Levando o tema para o interior do ambiente escolar, poucos sabem como aquele alimento chegou até ao refeitório, onde, como, por quem e por que foi produzido, por que uns são mais frequentes que outros e por que nem todos aparecem todos os dias no cardápio. Portanto, nesta pesquisa em andamento, pretende-se observar mais de perto como o alimento chega até a escola, desde sua produção no estado do Espírito Santo, a relação de trabalho no campo, a relação entre a merenda e a cultura alimentar da região, e a importância dos movimentos sociais na busca de uma alimentação adequada. Nesse processo, em que se insere a busca pela produção agroecológica e convencional da agricultura familiar, a distribuição desses alimentos até chegar às escolas não é simples. Uma série de questões burocráticas é exigida do pequeno agricultor para que o mesmo tenha o direito de participar das chamadas públicas para a alimentação escolar.

HISTÓRICO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL

A origem da preocupação política do Brasil com a alimentação escolar data da década de 1940. No entanto, a ideia não pôde ser concretizada por falta de recursos financeiros, segundo o histórico do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Nos anos de 1950, foi elaborado um Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, chamado Conjuntura Alimentar e o Problema da Fome no Brasil, estruturando-se, assim, o primeiro programa de merenda escolar em âmbito nacional, sob a responsabilidade pública. Desse plano original, o único programa que permaneceu foi o Programa de Alimentação Escolar, apoiado pelo então Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI), atualmente Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Ainda de acordo com o histórico do FNDE, apenas em 1979 o programa passou a ser denominado Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - após várias mudanças de nomes - e era gerenciado pela Campanha Nacional de Alimentação Escolar.

Somente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 é que a alimentação escolar tornou-se assegurada a todos os alunos de ensino fundamental, regularmente matriculados nas escolas públicas do Brasil, sendo que até 1993, a execução do programa se dava de forma centralizada. Atualmente, os recursos que chegam até o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) para a execução dessas ações vêm da União por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, que os repassa automaticamente em parcelas aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às escolas federais. O valor repassado às escolas por dia letivo atualmente é de R\$1 por aluno das creches, R\$0,50 da pré-escola, R\$0,30 para alunos do ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos, e R\$0,90 aos estudantes do ensino integral (Mais Educação), sendo que nas escolas indígenas e inseridas em comunidades quilombolas o valor passa a ser de R\$ 0,60 por aluno. O orçamento do PNAE para 2013 foi de R\$3,5 bilhões, conforme informações do FNDE, e no mínimo 30% desse valor (R\$1,05 bilhão) deveria ser obrigatoriamente destinado à compra direta dos produtos do campesinato.

GEOGRAFIA E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: O CASO DO ES

Trazendo a questão da alimentação para dentro da ciência geográfica, podemos tratar sobre produção, consumo, relação campo/ cidade, o trajeto do alimento até a mesa dos brasileiros, dentre tantos outros assuntos. Na Lei nº11.947 de 16 de Junho de 2009 - que ocupa oito páginas - na primeira, no segundo artigo, não precisamos mais nos questionar qual a relação entre Geografia e Alimentação Escolar: está explícito em aspectos como tradição, cultura, origem, local, comunidades tradicionais, entre outros. A partir daí, a geografia pode, e deve, se inserir na questão alimentar e na educação alimentar de inúmeras formas. Podemos discutir conceitos de região, lugar, território,

espaço, a importância da territorialidade, a localização das produções agrícolas no estado, as relações de trabalho que se desenvolvem no meio rural, a relação campo/cidade, a relação comercial entre os municípios, a importância do campo para a cidade, os meios de transportes utilizados, a distribuição da produção para diferentes estabelecimentos, o preparo e o consumo dos alimentos e a influência da cultura e/ou das tradições da comunidade no processo alimentar, dentre várias outras possibilidades de análise. Este trabalho trata especificamente da Alimentação Escolar, que sofreu modificações na legislação, principalmente após a promulgação da Lei 11.947/2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola para alunos da educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos). Tal lei diz, primeiramente, que “entende-se por alimentação escolar todo o alimento oferecido no ambiente escolar, independentemente de sua origem, durante o período letivo”. São atendidos pelo PNAE alunos matriculados na educação básica das redes públicas federal, estadual e do Distrito Federal, em conformidade com o censo escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), no ano anterior ao do atendimento.

Das diretrizes definidas no Artigo 2º da mesma legislação destaca-se a relevância da alimentação saudável e adequada, devendo ela ser conforme os hábitos alimentares, cultura e tradição da localidade, determinando, ainda, a inclusão no currículo escolar de discussões sobre a educação alimentar e nutricional, a fim de promover nos alunos práticas alimentares saudáveis. Além disso, é destacado que a comunidade deve participar efetivamente no controle social, acompanhando as ações realizadas para garantir a alimentação adequada. O quinto parágrafo do Artigo 2º define que uma das diretrizes da alimentação escolar é

“[...] o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos” (Lei nº 11.947 de 16 de Junho de 2009).

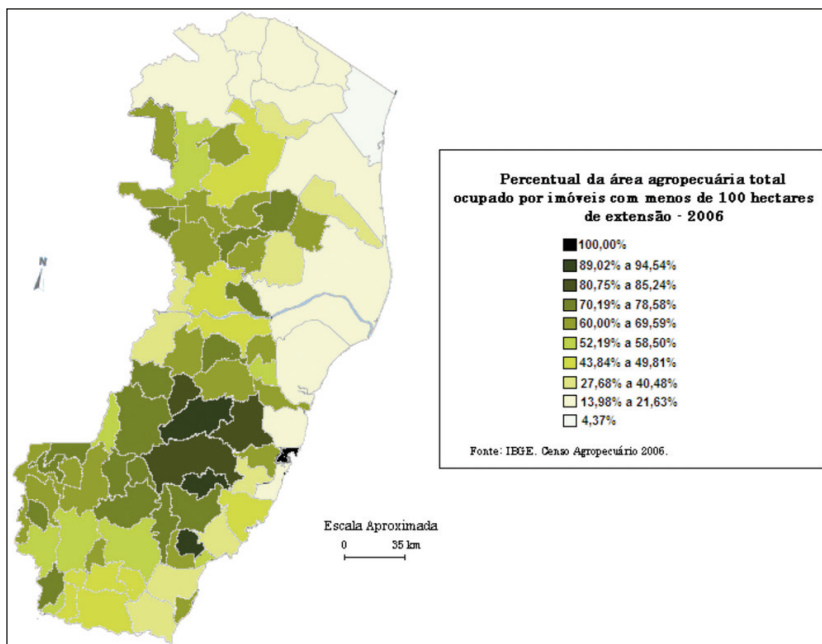
No estado do Espírito Santo, a compra dos alimentos das escolas públicas pela Secretaria Estadual de Educação (Sedu) foi iniciada em 2012, por meio do Programa Vida no Campo. Para 2013, a Sedu programou um gasto de R\$ 12.679.805,90 (doze milhões seiscentos e setenta e nove mil oitocentos e cinco reais e noventa centavos), conforme informações do site da secretaria. No mesmo local, está escrito que o repasse das verbas aos conselheiros das escolas se constitui como um entrave à atividade final da escola, que é o ensino. Mas, se a alimentação deve também fazer parte do currículo escolar, além de ser essencial para a manutenção da vida de qualquer ser humano, por que a Sedu considera a compra por cada unidade escolar um fator de entrave? Há que se concordar que pode ser uma oportunidade de contextualizar os educandos com toda a complexidade que envolve a alimentação, incluindo a alimentação escolar.

Para a Chamada Pública, modalidade de edital relativo à agricultura familiar, a divulgação deve ser feita de modo amplo e abrangente, em jornais, rádios, internet, etc. A Chamada Pública do ano corrente para a aquisição de alimentos está disponível no site da Sedu, Seag (Secretaria de Estado da Agricultura), Incaper (Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural) e também pode ser adquirido pessoalmente na Secretaria Estadual de Educação. A responsabilidade dessa etapa é das Entidades Executoras (nesse caso a própria Sedu), que devem fornecer informações suficientes para que os fornecedores apresentem corretamente seus projetos de venda, bem como garantir a lisura do processo.

No Edital 001/2012, para a compra de alimentos para o ano de 2013, são solicitados 34 gêneros alimentícios (Abacate, abóbora, abobrinha, aipim, alface lisa ou crespa, banana da terra, banana prata, batata, beterraba, brócolis, café, couve, couve-flor, farinha de mandioca, fubá, geleia de morango, goiaba, inhame, iogurte, leite em pó, mamão, melancia, mexerica, morango, peixe cação ou tilápia, pepino, polpa de abacaxi, polpa de acerola, polpa de goiaba, polpa de manga, quiabo, repolho, requeijão e vagem) para todos os municípios do estado do ES, o que contraria a lei, que exige o respeito aos hábitos e culturas alimentares dos lugares. O Edital da Chamada Pública para o ano de 2014 traz poucas modificações em relação ao do ano anterior. Os tramites de compra e venda são os mesmos do ano anterior, mas a quantidade e variedade dos alimentos requeridos nesta chamada aumentaram. Para este ano foram solicitadas doze tipos de frutas; quinze variedades de hortaliças e legumes; cinco sabores de polpas de frutas; sete tipos de alimentos estocáveis; três tipos de peixes; e quatro variações de laticínios. Ainda assim, todos os gêneros alimentícios são requeridos para todo o estado, não condizendo com o respeito aos hábitos alimentares locais.

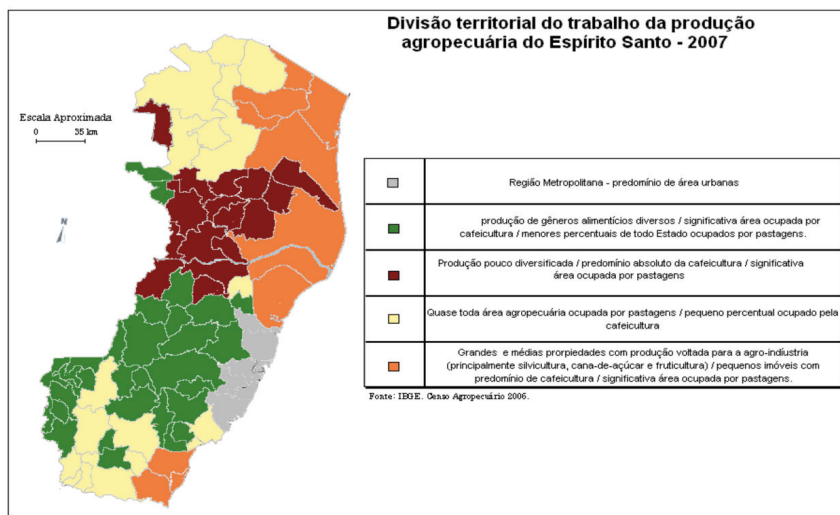
AGRICULTURA FAMILIAR, AGROECOLOGIA E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO ES

A estrutura fundiária do estado do Espírito Santo, em oposição à realidade brasileira, é fundamentalmente de pequenas propriedades e baseada no campesinato, amplamente discutida na dissertação de Jaime Bernardo Neto (2012). No estado encontramos um número significativo de pequenas propriedades, como podemos observar no Mapa 1 (94% das propriedades do estado tem menos de 100 hectares, segundo dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2006). O estado do Espírito Santo apresenta, de acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), 67.403 agricultores familiares, sendo 47.137 DAP's (Declaração de Aptidão ao Pronaf), necessárias à participação das chamadas públicas. Há de se lembrar que o Espírito Santo é um estado de pequena extensão territorial, mas que conta com uma diversidade de população camponesa, já que possui forte presença de comunidades quilombolas, indígenas, imigrantes italianos e alemães, entre outros.



Mapa 1- Pequenos imóveis rurais nos municípios do Espírito Santo (2006). Organizado por Jaime Bernardo Neto, 2012.

No Mapa 2 é possível observar a diversificação da produção agrícola do estado, dividido por regiões. Nele pode-se notar que a produção de gêneros alimentícios se concentra na região serrana e uma porção da região sul do estado, sendo que as outras regiões têm a produção de alimentos pouco variada ou predomina o monocultivo e/ou áreas de pastagem.



Mapa 2 - Divisão territorial do trabalho da produção agropecuária do Espírito Santo (2006).

Organizado por Jaime Bernardo Neto (2012)

O campesinato e a agricultura familiar têm uma relação com a natureza e com a sociedade que vai além da produtividade. Por isso é chamada de multifuncional. Maria de Nazareth Baudel Wanderley, no prefácio do livro “Para Além da Produção: Multifuncionalidade e Agricultura Familiar” nos diz que a agricultura familiar carrega múltiplas funções, não só as de mercado, mas também oferece outros bens à sociedade, inclusive bens imateriais. A autora sugere compromissos que reconhecem a importância dos agricultores para a sociedade e da sociedade para os agricultores nas pesquisas feitas no Brasil (WANDERLEY, 2003). Os autores do mesmo livro privilegiaram quatro funções associadas ao exercício da atividade agrícola: “a reprodução socioeconômica das famílias; a promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais; a manutenção do tecido social e cultural e a preservação dos recursos naturais e da paisagem rural” (CARNEIRO, M. J. e MALUF, R. S., 2003, p. 22). Sob uma ótica mercadológica, a agricultura familiar é mais uma atividade que deveria se inserir no mercado de acordo com as diretrizes do sistema capitalista. Entretanto, há no campo, e no Espírito Santo isso é bem significativo, movimentos de resistência contra essa visão mercadológica dos alimentos. Entidades como o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e outros grupos que defendem a produção agroecológica, lutam para que seja dada a devida atenção aos que realmente colocam comida de qualidade à mesa da população brasileira.

Em contraposição à pequena propriedade baseada na produção familiar e diversificada, o agronegócio se fundamenta totalmente em relações capitalistas: é latifundiário, voltado para exportação e monocultor. No entanto, de acordo com os dados do Censo Agropecuário do IBGE do ano de 2006, a produção da agricultura familiar é a responsável pela segurança alimentar dos brasileiros. A grande maioria dos alimentos que consumimos vem desse tipo de produção, mesmo que a pequena propriedade ocupe menos da metade do território rural do país. O total de estabelecimentos do Brasil é em número de 4.367.902, e 84,4% desses estabelecimentos são da agricultura familiar. No entanto, do total da área ocupada por estabelecimentos rurais, os que são ocupados pelo pequeno agricultor representam apenas 24,3%. E mesmo ocupando um espaço tão pequeno, a agricultura familiar também é responsável por 38% do valor bruto da produção e emprega 74,4% da população rural. Esses dados demonstram claramente que o latifúndio e o agronegócio não são as saídas para a soberania alimentar. O campesinato brasileiro é quem produz o alimento que chega às nossas mesas, e uma política pública voltada à promoção da alimentação saudável nas escolas do país é de extrema importância, além de contribuir com a melhoria dos hábitos alimentares dos estudantes, e valorizar sua cultura alimentar.

No que se refere à produção agroecológica, podemos entendê-la além de sua produtividade e colocação no mercado. Na agroecologia não são utilizados insumos químicos, somente a adubação verde, que são insumos naturais produzidos pelo agricultor em sua casa (PASTORAL DA TERRA, 2007). Quanto ao processo de planejamento, produção, consumo e venda, participam todos os familiares e pessoas da comunidade. Eles trocam experiências, sementes, mudas, conhecimento, etc. Seguindo essa linha, procura-se fazer a venda direta dos produtos ao consumidor, organizados em associações ou cooperativas e sem depender dos atravessadores, o que facilita o transporte e a própria venda (PASTORAL DA TERRA, 2007).

Há, ainda, de ser debatido o tema dos agrotóxicos, uma vez que nosso país ocupa a posição de maior consumidor mundial, mas não é o maior produtor agrícola (BOMBARDI, 2011). E as empresas que mais lucram com a venda desses “defensivos agrícolas” são de capital internacional, ou seja, todo o lucro gerado por elas não ficam no país, o que confirma a internacionalização da agricultura brasileira. Além disso, o agrotóxico atua de forma violenta e silenciosa no campo, intoxicando essa população por meio do uso dessas substâncias, e muitas vezes levando muitas pessoas à morte. No Espírito Santo, de 1999 a 2009, o número de mortes por agrotóxico notificadas passa de uma centena (BOMBARDI, 2011).

JOSUÉ DE CASTRO: GEOGRAFIA DA FOME AOS DIAS ATUAIS

Não podemos relacionar geografia e alimentação sem citar Josué de Castro, médico, geógrafo e sociólogo. Também foi professor de fisiologia, antropologia e geografia humana. Foi em sua terra natal que teve contato com a problemática da fome, como ressaltou dizendo:

“Não foi na Sorbonne nem em qualquer outra universidade sábia que travei conhecimento com o fenômeno da fome. A fome se revelou espontaneamente aos meus olhos nos mangues do Capibaribe, nos bairros miseráveis do Recife – Afogados, Pina, Santo Amaro, Ilha do Leite. Esta foi minha Sorbonne”.
(CASTRO, J. apud ANDRADE, M. C. de. 2003, p.74)

O autor refutava a ideia de que o Brasil era um paraíso tropical, afirmando que a fome se dava por influência negativa das condições naturais, como na Amazônia, e também por fatores sociais provenientes do sistema de colonização. Castro, em *Geografia da fome* (1946), dividiu o país em cinco regiões: a Amazônia, o Nordeste Açucareiro, o Nordeste seco, o Centro-Oeste, e o Sul. As variações climáticas dessas regiões influenciariam no sistema alimentar dessas populações.

Os escritos de Josué de Castro sobre a questão da fome continuam, em alguns aspectos, atuais. Mais de meio século após a publicação de *Geografia da Fome* (1946), suas ideias e sugestões, como a reforma agrária, até o presente momento não foram aplicadas. Da década de 1940 pra cá houve grandes avanços tecnológicos, inclusive no que

se refere ao alimento. De acordo com Filho e Batista (2003), “sabe-se, hoje, como produzir, transformar, conservar e transportar alimentos satisfatoriamente para toda a população humana” (p.40), ou seja, a equação para o problema da fome está suficientemente resolvida em escala mundial, segundo os mesmos autores. Portanto, mais uma vez confirma-se a hipótese de que o problema da fome não é uma questão de logística ou a falta dela, mas de má vontade de um grupo dominante. O próprio Josué de Castro afirma que

“O subdesenvolvimento não é, como muitos pensam equivocadamente, insuficiência ou ausência de desenvolvimento. O subdesenvolvimento é um produto ou um subproduto do desenvolvimento, uma derivação inevitável da exploração econômica colonial ou neocolonial, que continua se exercendo sobre diversas regiões do planeta” (p. 74).

Até hoje, a referência nos assuntos que tangem à problemática da fome continua sendo Josué de Castro, para conscientização pública ou das instâncias governamentais. A fim de atingir esse objetivo, são realizados trabalhos científicos, conferências, eventos, etc., para acompanhamento dos problemas da fome no Brasil e no mundo, sempre com referência ao Cidadão do Mundo.

Ainda de acordo com Filho e Batista (2003), comparar a situação atual com a da época de Josué de Castro necessita de ajustes para compatibilizar os dois momentos históricos. Por exemplo, a expectativa de vida e o número de filhos por mulher não eram os mesmos do cenário descrito pelo médico, bem como a inversão significativa da população campo/cidade. Também não eram tão presentes na mesa da população brasileira os alimentos industrializados, e aí a questão da fome pode até se inverter: torna-se um problema de obesidade/sobrepeso. Filho e Batista (2003) destacam que, no decorrer dos anos, a variedade dos alimentos dos brasileiros aumentou, alterando de forma positiva o déficit de nutrientes nas áreas de fome e subnutrição. O problema nutricional mais grave quando da publicação do livro, em 2003, no Brasil era a anemia, segundo os mesmos autores, que destacam também que a desigualdade e má distribuição de renda no país são, ainda, grandes causadores do problema da fome e subnutrição. Nas palavras dos autores “os níveis epidemiológicos das doenças carenciais são inaceitáveis, como já o eram meio século antes, conforme enunciava e denunciava Josué de Castro” (p.47).

De acordo com Manuel Correia de Andrade, o pensamento de Josué de Castro era estruturado em dois pilares: a teoria, por meio de estudos e leituras dos autores clássicos sobre o tema; e a prática, em observações de campo por ele organizados e dirigidos. Para esse mesmo autor, atualmente seria a educação alimentar a grande via de correção dos maus hábitos alimentares adquiridos pelos brasileiros ao longo dos anos e das transformações no processo de produção e distribuição, passando pela propaganda midiática, dos alimentos. A urbanização também influenciou na mudança do regime alimentar, conforme assinala Andrade (2003). Isso porque com a urbanização houve uma uniformização dos hábitos alimentares, com a contribuição do crescimento das comunicações nas áreas urbanas; vários alimentos importados hoje são produzidos em território nacional, e a presença de *fast foods* espalhados pelas cidades grandes e médias. Segundo Andrade (2003) a maioria da população mais pobre brasileira sofre, ainda, de carência de nutrientes e vítima da fome

aguda e crônica. No entanto, atualmente a causa da alimentação inadequada é, também, a influência da propaganda comercial. Para o médico, também conforme Manuel Correia de Andrade, entre as medidas mais relevantes para acabar com a fome, se encontram a reforma agrária (como conquista dos dominados, e não como “esmola” dos que estão no poder); a Educação voltada, inclusive, para o fortalecimento da cidadania; e a necessidade da redução dos desníveis de desenvolvimento no território brasileiro e entre os países, com a finalidade da eliminação do subdesenvolvimento.

No ponto de vista do médico Humberto Costa (2003), mesmo depois de 50 anos transcorridos de Geografia da Fome, o quadro de desigualdades no Brasil se mantém na atualidade, em âmbito econômico, social e regional. Para Costa (2003), nem se a metodologia ou a execução do estudo acerca da fome for modificada, deixar-se-á de encontrar milhões de brasileiros em situação de fome. O médico afirma que

“Mas, enquanto uma única pessoa não puder exercer o mais elementar direito de cidadania, que é o de se alimentar satisfatoriamente, o poder público e a sociedade estarão em dívida com o compromisso ético de respeito à condição humana”. (Costa, H. 2003 p.92)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lei 11.947/2009 garante a alimentação na escola durante o período do recreio para todos os alunos da rede estadual – além da rede municipal. De acordo com o último censo escolar disponível para consulta, do ano de 2011, as escolas deste estado (Federais, estaduais, municipais e privadas) registraram 927.169 matrículas, sendo 293.834 nas escolas públicas estaduais, distribuídas por 711 escolas (544 na área urbana, e 167 na área rural). Portanto, pode-se afirmar que é preparada uma quantidade de refeições que atenda pelo menos 293.834 alunos por dia, durante 200 dias letivos, que é o mínimo, de acordo com a Secretaria de Educação do ES. Ou seja, em um ano são preparadas 58.766,800 refeições. Levando em conta que 30% dos alimentos que compõem esses pratos têm que vir da agricultura familiar (R\$ 5.500.116,00 repassados para a Sedu), qual é o papel dessa lei para os camponeses, indígenas e quilombolas capixabas? O que muda na produção desses agricultores? De que forma essa lei também atinge os agricultores organizados em movimentos sociais (MPA, MST, Quilombolas, etc.)? E, se há a obrigatoriedade de se inserir uma educação nutricional nas escolas, não seria conveniente incluir o papel da agricultura camponesa, dos movimentos sociais, bem como a importância e história dos quilombolas e indígenas nos planos de aula? Essas perguntas, que dão um caminho para a continuidade deste trabalho, e são resultado dele, são de extrema relevância porque a averiguação da aplicação de uma lei tão importante para os estudantes, trabalhadores rurais e movimentos sociais brasileiros é tarefa do geógrafo e deve ser investigado por ele. A partir de uma rápida observação nos dados, mapas e leis, se torna claro que o estado do Espírito Santo ainda não cumpre a Lei 11.947/2009 por completo. Assim como é relevante olhar o alimento sob uma ótica nutricional, da mesma forma é saber de onde vêm e quem produz o que comemos cotidianamente, e qual o papel dessas pessoas no nosso dia-a-dia.

A alimentação destinada aos educandos não deve ser deixada de lado. Um programa de âmbito nacional considerado o segundo maior do planeta merece toda a atenção por parte da comunidade acadêmica, para que leis tão consistentes e eficazes possam efetivamente sair do papel e levar à essa parcela da população um direito: alimentação saudável e adequada no ambiente escolar. O Programa Nacional de Alimentação Escolar aparece como política pública de apoio e fortalecimento da agricultura camponesa, que a partir dele também se recria, e oferece aos alunos da educação pública do Brasil alimentos saudáveis no ambiente escolar. Ainda assim, vale ressaltar que políticas públicas como o PNAE atrelam a produção do camponês ao Estado e ao mercado, podendo gerar dependência. Portanto, as análises acerca do PNAE, e outros programas voltados à agricultura camponesa, não se esgotam por aqui.

REFERÊNCIAS

ALVES, L. S.; BRITTO, B. P.; DOMINGOS, L.; HIIBNER, M. **Merendar e geografar: é só começar**. Trabalho de Conclusão de Curso orientado pela Professora Doutora Mariza Valadares. Vitória, 2009.

ANDRADE, M. C. de et al. **Josué de Castro e o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

BERNARDO NETO, Jaime. **Gênese da Estrutura Agrária do Espírito Santo**: estudo comparativo entre os domínios da pecuária no Extremo Norte e as áreas de pequenas propriedades no Centro-Sul. 2012. 348f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. 2012.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado**. Boletim Data Luta, v. 45, p. 1-21, 2011.

CARNEIRO, M. J. MALUF, R. S. (org). **Para Além da Produção: multifuncionalidades e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

COSTA, H. A geopolítica da fome: dos tempos de Josué de Castro aos tempos atuais. In: ANDRADE, M. C. de et al. **Josué de Castro e o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

FILHO, M. B.; BATISTA, L. V. A Geografia da Fome 50 anos depois: o que mudou? In: ANDRADE, M. C. de et al. **Josué de Castro e o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

FISCHLER, Claude. A “McDonalldização dos costumes”. In: **História da Alimentação**; (Tradução de Luciano Vieira Machado e Guilherme J. F. Teixeira). São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo. **História da Alimentação**; (Tradução de Luciano Vieira Machado e Guilherme J. F. Teixeira). São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

PASTORAL DA TERRA. **Caderno de Agroecologia**. Espírito Santo, 2007

POULAIN, Jean-Pierre. **Sociologias da Alimentação: os Comedores e o Espaço Social Alimentar**; (Tradução de Rossana Pacheco da Costa Proença, Carmen Sívila Rial, Jaimir Conte). Florianópolis: ED da UFSC, 2004.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. PREFÁCIO. In: **Para Além da Produção: Multifuncionalidade e Agricultura Familiar**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

WEBSITES

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO- FNDE. Disponível em: www.fnde.gov.br/home/index.jsp?arquivo=alimentação_escola.html. Acessado em: 10/11/2013

_____. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas-alimentacao-escolar>. Acessado em: 10/11/2013

BRASIL – Lei Nº 11.947, de 16 de Junho de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acessado em 04/11/2013

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>. Acessado em: 20/11/2013.

_____. **Agricultura Familiar no Brasil e o Censo Agropecuário**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/Consea/imagens/agriculturafamiliar.pdf>. Acessado em 04/11/2013

_____. Repasse do FNDE por estado – Espírito Santo. Disponível em: http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/alimenta-o-escolar/repasse-fnde-por-estado/Cat%C3%A1logo_AF_E_AE_-_EstadoES.xls. Acessado em: 22/11/2013